

¹continuação social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 11 de valorização. **17. Receitas de operações de crédito:**

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Rendas com empréstimos	328.808	568.325
Rendas com financiamentos	36.875	94.957
Rendas com adiantamentos a depositante	11	15
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	7.127	11.460
Apropriação de custo de aquisição de carteira	(39.225)	(87.868)
Total	333.596	586.889

18. Receitas de prestação de serviços:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Rendas de intermediação ¹	11.395	19.355
Remuneração operação estruturada ²	8.090	8.210
Rendas de corretagem de câmbio	(861)	(1.685)
Rendas de serviços de custódia	89	157
Total	18.713	26.037

¹ Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos Distribuídos por conta e ordem. ² Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações para clientes. **19. Despesas de pessoal:**

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Proventos	(17.037)	(34.697)
Encargos Sociais	(5.356)	(10.691)
Benefícios	(5.170)	(10.166)
Pró-labore	(818)	(1.612)
Treinamento	(135)	(255)
Total	(28.516)	(57.421)

20. Outras despesas administrativas:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Serviços do sistema financeiro ¹	(12.963)	(22.708)
Processamento de dados ²	(10.339)	(19.692)
Serviços técnicos especializados ³	(26.955)	(51.852)
Aluguéis	(1.494)	(2.938)
Serviços de terceiros	(580)	(1.137)
Comunicações	(456)	(852)
Publicação	(30)	(30)
Viagens	(193)	(369)
Transporte	(118)	(228)
Outras	(3.492)	(6.030)
Total	(56.620)	(105.836)

¹ Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias. ² Representam gastos com consultorias de sistemas e processos. ³ Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira. ⁴ Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R\$ (719) despesas com condomínio de R\$ (636), associações de classe de R\$ (597), dos quais R\$ (460), R\$ (312) e R\$ (305) são referentes ao segundo semestre respectivamente.

21. Outras receitas operacionais:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Prestação de serviços exportação ¹	1.910	2.125
Reversão de provisões operacionais ²	2.352	4.505
Reversão provisão ágio	868	1.909
Recuperação de despesas	238	238
Outras receitas operacionais	901	1.370
Total	6.269	10.147

¹ Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria. ² Refere-se a reversão de provisão de serviços técnicos especializados e contingências. **22. Outras despesas operacionais:**

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Amortizações e depreciações	(7.262)	(15.344)
Variação monetária passiva	(89)	(89)
Processos judiciais	(46)	(90)
Provisão de despesa de tecnologia	(76)	(300)
Provisão de custo na aquisição de operação de crédito	(6.120)	(7.667)
Despesas legais com retomada	(12.648)	(21.834)
Outras ¹	(398)	(1.009)
Total	(26.839)	(46.333)

¹ Inclui R\$ 90 referente às despesas financeiras com o acordo operacional

24. Participação em controlada:

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do investimento	Resultado equivalência
Andbank DTVM ^{1 2}	1.795	299	1.950	179.473.047	99,9888%	2025	2025

¹ Em 28 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao processo de cisão parcial do Banco Andbank, que resultou na transferência do investimento e do controle na Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para a Andbank Holding Ltda. ² Em função do processo de transferência do investimento, o saldo do resultado apresentado é acumulado de onze meses. **25. Outras informações:** a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 5.237/25 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.955 e 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 12,05%.

Capital Principal antes das deduções 460.710 (-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais (193.455) Patrimônio de Referência (PR) 276.062 (-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido (92.422) Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA 183.334 b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, 31 de dezembro de 2025, os quais estão registrados em contas de compensação R\$ 2.794.557. c. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente. **26. Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. **• Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social/ Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(63.820)	(59.267)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	28.719	26.670
(Inclusões) Exclussões Permanentes	6.768	2.703
Amortização de ágio	(4.534)	(1.579)
Participações em controladas	510	135
Reserva de reavaliação	(164)	(78)
Outras despesas não dedutíveis	(1.066)	(555)
Benefícios Fiscais e outros	11.095	3.853
Lei do Bem	928	928
(Inclusões) Exclussões Temporárias	(40.599)	(29.751)
Provisão para pagamentos	(11.481)	2.949
Provisão para devedores duvidosos	(29.118)	(32.753)
Outras temporárias	-	53
Lucro/Prejuízo antes da compensação Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(11.661)	(378)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.170	80.862
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.312	(241)
Imposto diferido	(2.142)	81.103

	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do investimento	Resultado equivalência
Andbank DTVM ^{1 2}	1.795	299	1.950	179.473.047	99,9888%	2025	2025

de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. **• Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: **• Operações** sujeitas à variação cambial; **• Taxas de juros;** **• Preços de ações;** **• Preços de mercado** ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas. A utilização de instrumentos derivativos tem por objetivo mitigar a exposição da instituição às variações na taxa de juros. Considerando as incertezas inerentes ao longo prazo, foi adotada uma estratégia de proteção para a posição em Certificados de Depósito a Prazo (CDBs) de emissão própria, com remuneração prefixada, mediante a utilização de contratos futuros. Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado. **• Gerenciamento do risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da

qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria do Banco. **• Gerenciamento do risco de liquidez:** É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. **• Gestão de Capital:** O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. **• Divulgação das informações relativas à gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no site do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital; c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e e) Notas explicativas às demonstrações financeiras. **27. Benefícios Pós Emprego:** Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria. **28. Resultados não recorrentes:** Conforme nota 9, em junho de 2025 foram registrados R\$ 83.374 de créditos tributários, dos quais R\$ 70.208 representavam créditos tributários existentes e não registrados até 31/12/2024, sendo R\$ 4.982 referente a crédito tributário de prejuízo fiscal e R\$ 65.226 referente a crédito tributário de diferenças temporárias. **29. Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgação nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Diretoria/Administração			Contadora	Diretor Responsável
Rodolfo Pousa	Luis F. Jimenez Aragon	José Carlos J. Campos Jr.	Sonia Maria de Oliveira CRC 1SP183151/O-4	Claudemir do N. R. Machado CRC 1SP217346/O-5

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Andbank (Brasil) S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Acordo operacional e contrato de compra e venda de ações:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras - Contexto Operacional, que traz divulgações relevantes relativas ao acordo operacional envolvendo originação e gestão de crédito iniciadas em setembro de 2022, efetuadas no contexto de aquisição de participação societária do Banco pela Creditas Financial Solutions, LLC., firmada em 6 de julho de 2022. A transação de troca de controle foi aprovada pelo BACEN em 16 de julho de 2025, e, em decorrência da aprovação, conforme

divulgado na nota explicativa nº 9, o Banco reconheceu R\$76,1 milhões de ativos fiscais diferidos. Em 30 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil e a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana) aprovaram a transferência de controle do Banco Andbank para a Creditas Holding Financeira Ltda. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de agosto de 2026. **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.** - CRC nº 2 SP 011609/O-8; **Luana de Melo Souza** - Contadora - CRC nº 1 SP 292386/O-2.

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: publicidade.legal@estadao.com

